

Imigrantes Brancos e Migrantes Negros no pós-abolição da Cidade do Rio de Janeiro

White Immigrants and Black Migrants in the post-
abolition period of the City of Rio de Janeiro

CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro.

carlos.hist@gmail.com

RESUMO: O principal objetivo é contribuir na aproximação entre as pesquisas de imigração no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro com a historiografia da escravidão e do pós-abolição. Para isso, o texto aponta a necessidade de enfatizar as relações construídas ou não entre negros imigrantes, residentes na cidade e os migrantes negros originários do Vale do Paraíba, na Primeira República. Para além das redes de sociabilidades o artigo também pretende abordar um tema imprescindível: a construção das noções de raça e racismo elaborados nos encontros e desencontros desses grupos. É preciso ampliar a espacialidade e o leque de abordagens metodológicas e teóricas nas relações construídas entre imigrantes brancos, negros, e migrantes negros.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração; Migração; Pós-abolição.

ABSTRACT: This article aims to contribute to the increase the closeness between the historiography of immigration and slavery and post-abolition. For this, the text focus on the relationships built or not between immigrants, blacks living in the city and black migrants from the Vale do Paraíba, in the Brazilian First Republic. In addition to sociability networks, the article also discusses an essential topic: the construction of notions of race and racism in the encounters and disagreements between these groups. It is necessary to expand the spatiality and range of methodological and theoretical approaches in the relationships built between white immigrants, black residents, and black migrants.

KEYWORDS: Immigration; Migration; post-emancipation.

Este artigo surgiu de uma provocação, e não apenas do convite organizadoras desse dossiê. Ele foi inspirado por um texto importante que discute a presença de trabalhadores negros em pesquisas sobre o mundo do trabalho. Álvaro Nascimento, em artigo publicado em 2016, apontou o “paradigma da ausência de negros nas publicações sobre a história social do trabalho” e a dificuldade de autores dessa temática em dialogarem com pesquisadores da área de escravidão e pós-abolição. O presente artigo pretende ir nessa direção. Seu principal objetivo é fazer uma crítica às pesquisas sobre imigração no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, que tiraram da equação as relações construídas ou não entre negros residentes na cidade e os migrantes negros originários do Vale do Paraíba no período pós-abolição.

Para além das redes de sociabilidades, o artigo também pretende abordar um tema imprescindível: a construção das noções de raça e racismo nos encontros e desencontros desses três grupos. Cabe lembrar que, assim como apontou Nascimento, nas defesas de trabalhos acadêmicos sobre a temática da imigração, poucas vezes pesquisadores das áreas de escravidão e pós-abolição são convidados a alertar o candidato sobre a importância de ligar a história de imigrantes brancos aos de negros moradores da cidade e de migrantes recém-chegados à cidade. E diante disso, escapa a eles os conflitos gerados pelos preconceitos raciais, assim como não abordam sequer as redes de solidariedade e matrimoniais que foram construídas na Primeira República. E como bem nos lembra Nascimento, “essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes brancos que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão.” (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

Dessa forma os estudos que não abordam essa perspectiva contribuem para a percepção de uma sociedade brasileira sem diversidade racial. Além disso, quase sempre associam as trajetórias com a ascensão econômica, sucesso e melhor qualidade de vida do imigrante em contraposição aos negros e migrantes negros associados à pobreza, desemprego e, conseqüentemente, “marginalização”. Logo, ao deixar de abordar essa relação, as pesquisas dificultam o entendimento da construção do racismo entre esses grupos atrapalhando o nosso combate a ele.

Nesse sentido, o artigo, a partir de discussões sobre a presença dos imigrantes brancos na cidade do Rio de Janeiro e das possíveis relações tecidas entre os negros residentes e migrantes, pretende contribuir para futuras pesquisas. Inicialmente, torna-se importante demonstrar e rediscutir a presença de migrantes em grandes centros; posteriormente, iremos nos dedicar às publicações existentes sobre imigrantes brancos e os avanços que já foram conquistados em outras regiões do Brasil; e, por fim, indicar caminhos de trabalhos por meio de inovações metodológicas, e, principalmente, teóricas. Espero que o texto seja útil para uma reflexão de nossas áreas e de incentivo a novos pesquisadores no tema.

Imigrantes brancos e o “sumiço dos negros”

Em primeiro lugar, cabe destacar uma importante contribuição da historiografia sobre a relação entre imigrantes brancos e negros no Pós-abolição. Como apontado por diversos pesquisadores a temática da relação entre os dois grupos não é novidade. Ainda na década 1950, Fernando Henrique Cardoso (2003), Otavio Ianni (1958) e Florestan Fernandes (2008) se dedicaram a tentar compreender as relações raciais no Brasil, dando enfoque à região meridional. Somado a isso, é válido lembrar de trabalhos que seguiram em outras regiões, como George Andrews (1998) em São Paulo. Contudo, pouca ou nenhuma atenção foi dada para os migrantes que abandonaram o campo em direção às cidades e para as relações destes com os imigrantes brancos. Assim como não há trabalhos que analisem esse embate na cidade do Rio de Janeiro.

Os primeiros estudos que analisavam a trajetórias de ex-escravos e de seus descendentes, no período posterior à abolição, denunciavam a falta de informações sobre o seu paradeiro nas documentações consultadas. No caso de Florestan Fernandes, em “A integração do Negro na sociedade de classes”, os censos demonstraram para ele que o “negro” foi sumindo dessa fonte ao longo dos anos. Para o autor, o “sumiço”, pelo menos no caso de São Paulo, explicava-se por sua inaptidão ao novo mundo mercadológico e exigente de mão de obra qualificada que se abriu nas primeiras décadas da República. Ou seja, como o ex-cativo acabara de sair de um período no qual a maior exigência era o trabalho manual na agri-

cultura, e o novo mundo industrial moderno exigia um funcionário capacitado e qualificado, o negro foi automaticamente excluído da sociedade. E, desse modo, foi segregado para regiões menos prósperas, como as periferias das cidades.

Ainda em São Paulo, Warren Dean (1977) explicitava o sumiço dos negros como o resultado de um processo migratório. Ao analisar o município de Rio Claro, o autor percebeu que, quando da disputa por mercado de trabalho entre imigrantes brancos e nacionais, os pretos e pardos saíram perdendo. Na falta de inserção social por meio do trabalho nas fazendas do interior de São Paulo, sobrou como alternativa aos ex-cativos a migração para cidades em ascensão, nesse caso, a cidade de Santos, zona portuária.

Apesar do sumiço de ex-escravos em São Paulo, aparentemente, esse estado tornou-se uma opção para moradores do Vale do Paraíba. Manoel Seabra, residente da atual Comunidade Quilombola Remanescente de Escravos de São José da Serra, localizada no Município de Valença, no Vale do Paraíba fluminense, em entrevista a Hebe Mattos no ano de 2003, afirmou que após a abolição o então proprietário da Fazenda, Antonio Ferraz, convocou parte de seus parentes para trabalharem na fazenda da família no Estado de São Paulo. O depoente não soube afirmar a localidade específica, mas afirmou que o trabalho exercido por seus familiares era o da lavoura. História semelhante foi encontrada por Ana Lugão Rios ao entrevistar, em Juiz de Fora, Minas Gerais, Cornélio Cansino, descendente direto de ex-escravo. O entrevistado afirmou que dois de seus tios, Dionísio e Cornélio, migraram para o estado de São Paulo em busca de emprego. No depoimento, ele não consegue precisar no que foram trabalhar, mas provavelmente atuaram no meio rural. E, próximo ao ano de 1900, Dionísio decidiu sair dessa localidade, mudando-se para o Distrito Federal.

No entanto, pesquisas atuais demonstraram que pretos e pardos, descendentes diretos ou não de escravos, optaram por migrar do estado de São Paulo para outras regiões do país. Lucia Helena Silva, a partir da análise da documentação da Casa de Detenção do Município do Rio de Janeiro, conseguiu identificar uma migração dessa população para a então Capital Federal. De acordo com a autora, fugiram da concorrência desleal de empregos com os imigrantes brancos, do racismo e da falta de terras, principalmente aqueles prove-

nientes do interior do estado. Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro transformava-se numa localidade receptora de ex-escravos e provavelmente de seus descendentes (SILVA, 2001).

Uma explicação mais generalizada, atualmente, sobre a trajetória de ex-escravos no período pós-abolição baseou-se em notícias alarmantes de jornais e, principalmente, em uma lógica liberal de modernização do país. Nesse sentido, a teoria da liberação de mão de obra do campo para as cidades para a construção de um exército de reserva que levaria à futura industrialização do Brasil foi uma das mais utilizadas no mundo inteiro, e por aqui não foi diferente. Para José Murilo de Carvalho, a abolição transformou acentuadamente as características da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que “alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, composição étnica, de estrutura ocupacional” (CARVALHO, 1987, p.16). Ou seja, após 1888, a Capital Federal passou a ser o centro de absorção de mão de obra ociosa. Por isso, o autor afirma que esse êxodo da região cafeeira do Vale do Paraíba para a cidade do Rio de Janeiro após “a abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados” (Idem).

Essa migração em massa de desocupados provenientes do Vale do Paraíba teria, para esse autor, assim como para Costa Pinto, um resultado nefasto. Sem perspectiva de trabalho, com a falta de locais para moradia condizentes com a boa qualidade de vida, restou aos migrantes residirem em regiões até então pouco povoadas, mas próximas ao grande centro urbano. Nos morros ao entorno da cidade do Rio de Janeiro, para Costa Pinto,

(...) aos migrantes do Vale do Paraíba que para o Rio de Janeiro continuam vindo desde a falência da lavoura cafeeira na região, aos veteranos da Guerra do Paraguai, os flagelados da grande seca, vêm juntar-se, agora, mais e mais negros, oriundos das diversas regiões do país, mas principalmente das províncias vizinhas (LOPES, 2001, p. 94).

De fato, a população do então Município Neutro aumentou significativamente após 1890. De acordo com a tabela abaixo, é possível notar que a população dobrou de tamanho em apenas 20 anos. Se

no ano de 1872, incluindo escravos e livres, havia na Capital Federal 274.972 pessoas, esse número aumentou para 522.651. Ou seja, somente pela análise superficial desse número é possível atestar um movimento migratório para essa cidade.

Tabela 1 - Crescimento populacional Município neutro, 1872 a 1920

POPULAÇÃO MUNICÍPIO NEUTRO		
1872	1890	1920
274.972	522.651	1.157.873

Fonte: Censos de 1872, 1890 e 1920 do IBGE.

Ainda não há pesquisas que apontem numericamente a origem dos migrados para a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, Lucia Helena Silva debruçou-se sobre alguns indícios para tentar avaliar a origem de alguns desse migrados. Analisando os dados da Casa de Detenção, localizados no Arquivo Público do Estado, separou os migrantes e pôde “observar a forte presença dos baianos na composição da população carcerária” (SILVA, 2001, p. 126). Se chegavam sem empregos e formavam o “contingente de desempregados”, nenhuma outra fonte melhor ajudaria a encontrar os migrados do que a da Casa de Detenção da Cidade do Rio de Janeiro.

Nas fontes também foi possível encontrar outros migrantes, como os nordestinos. É notório que boa parte pode ter vindo ainda durante a época da escravidão, principalmente após 1850, com o fim do tráfico internacional e início do interprovincial. Apesar do Vale do Paraíba ter concentrado a maior parte da mão de obra no final do século XIX, não é possível afirmar que todos esses nordestinos passaram pela produção de café antes de migrarem para a cidade do Rio de Janeiro. Afinal, tanto o Vale quanto a cidade eram grandes polos atrativos de mão de obra.

Mesmo não aparecendo na documentação da Casa de Detenção, provavelmente por não colocarem a naturalidade de moradores do interior do Rio de Janeiro, o processo de migração do Vale do Paraíba para a cidade do Rio de Janeiro foi captado em outras fontes de pesquisa. Em entrevista realizada por Ana Lugão Rios, na década de 1990, foi possível encontrar pelo menos duas trajetórias de descen-

dentes de ex-escravos que optaram por residir na Capital Federal. Cornélio Cansino, nascido em Juiz de Fora, afirmou em depoimento que seu tio Cornélio, que havia migrado do estado de São Paulo, posteriormente optou por residir no Distrito Federal. Chegando lá, encontrou mais dois tios: Ricardo e Geraldo. Todos foram morar no centro da cidade. O tio Cornélio conseguiu uma pequena casa na Rua Frei Caneca, enquanto os outros não tiveram a mesma sorte. Ricardo e Geraldo moravam no Morro do Catumbi, na Rua São Carlos, atual Favela São Carlos.

Apesar de esses exemplos demonstrarem a possibilidade de moradia bem próxima ao grande centro urbano, a maior parte dos migrantes descendentes diretos de ex-escravos parece ter optado por regiões periféricas. A partir da documentação da detenção e da cadeia pública no APERJ, Silva afirma que em 1891,

(...) a freguesia de Santana era o local preponderante de habitação de migrantes detentos, quando comparamos com os dados sobre as demais regiões, como Glória, Candelária, Engenho Novo, São Cristóvão e Santo Antônio (SILVA, 2001, p. 121-22).

Para a autora, no ano de 1891, os dados apontavam que os migrantes já se encontravam espacialmente mais distribuídos, o que demonstra uma interiorização nas áreas da cidade do Rio de Janeiro.

Em virtude dessas informações, o próprio crescimento do subúrbio e da Baixada Fluminense não pode ser explicado apenas como resultado direto da Reforma Pereira Passos e consequentemente da expulsão da população pobre do centro da Capital Federal. Rafael Mattoso apontou, em sua dissertação de mestrado, que o desenvolvimento dessas regiões está conectado à sua dinâmica própria de atração, e não é resultado de pessoas expulsas do centro do Rio de Janeiro (MATTOSO, 2009). O bairro de Madureira, por exemplo, atraía população por conta do seu amplo comércio, enquanto Bangu crescia demograficamente em virtude de sua característica fabril (Idem). Para o autor, a ideia do subúrbio como um local de menor qualidade para se morar, assim como um local perigoso e até mesmo pejorativo, foi construído ao longo dos anos pela imprensa da Capital. Para esses, o subúrbio era um local utilizado como esconderijo para bandidos e meretrizes.

Em estudos sobre o campo, os brancos imigrantes estavam quase divididos entre a lavoura e o comércio. Essa concentração dos brancos no setor comercial já foi explicada por Karl Mosnma. Para autor, ao chegarem ao interior de São Paulo, monopolizaram esse setor, empregando na maior parte dos casos apenas compatriotas ou brancos. De certa forma, isso impediu, aos pardos e pretos, uma mobilidade social, segregando-os, ao menos em São Carlos, região por ele estudada (MOSNMA, 2010, p. 537). No caso do Rio de Janeiro, os brancos podem ter controlado o comércio, mas somente um estudo de longa duração poderá ajudar a definir se o mesmo processo de segregação por ofício ocorreu na Cidade.

Já nos centros urbanos, analisar a inserção social a partir do trabalho dos migrantes e imigrantes brancos é uma tarefa muito difícil. Fabiane Popinigis debruçou-se sobre o ofício dos comerciantes no centro da cidade do Rio de Janeiro, no período da Primeira República, assim como a de seus empregados. Em seu trabalho, demonstrou como imigrantes brancos estavam em maior número trabalhando e sendo donos de comércios no Rio de Janeiro, eram 40 mil em comparação aos nacionais, que representavam 26 mil (POPINIGIS, 2007, p. 175). Apesar de ter encontrado uma parcela considerável de trabalhadores pretos e pardos, nada descobriu sobre sua origem e muito menos se dedicou aos embates raciais entre empregados e caixeiros. O mesmo parece ter sido o caso de Velasco e Cruz ao pesquisar os estivadores de café no porto do Rio de Janeiro. Mesmo tendo analisado as fichas dos sindicalizados, em sua maioria preta e parda, não há, pelo menos em suas pesquisas publicadas, qualquer indício de migrantes do Vale do Paraíba (VELASCO E CRUZ, 2000). Álvaro Nascimento também não conseguiu identificar entre os marinheiros participantes da Revolta da Armada migrantes originários do Vale do Café (NASCIMENTO, 2001).

Um dos poucos indícios de trabalho de migrantes vem das entrevistas realizadas por Ana Rios. Um dos tios de Cornélio Cansino, de mesmo nome, não tinha um emprego fixo, tendo que atuar como “camelô” nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Dali retirava seu sustento e podia pagar a passagem para visitar parentes que permaneceram em Juiz de Fora. Para os que não conseguiam algum tipo de ofício na Capital, restava buscar emprego em áreas em ampla expansão. Esse parece ter sido o caso dos dois tios de Seu Manoel Sea-

bra, Manoel e Joaquim. Ambos optaram por deixar o município de Valença para se dedicarem a plantação e colheita de laranjas no Município de Nova Iguaçu. De acordo com Paul Singer,

(...) seria um erro pensar que as principais correntes migratórias se dirigiram para a indústria. O crescimento vegetativo acelerado aumentou a pressão nas regiões mais estagnadas, nas quais cresceu o caudal migratório, não por fatores de mudança, mas sim por fatores de estagnação (SINGER, 1972, p. 56).

Isto é, as migrações internas dos primeiros anos da República foram incentivadas pela crise e estagnação econômica local, e não pela atração de empregos das indústrias ainda incipientes. Além disso, de acordo com o autor, para além da estagnação econômica, as migrações internas também foram incentivadas pela

(...) melhoria dos meios de transportes e o encurtamento das distâncias (novas vias e melhoria do sistema rodoviário) [que] estão na base dos movimentos populacionais, especialmente no tocante à migração rural-urbana causada por fatores de expulsão atinentes à piora das condições econômicas nas áreas de origem (SINGER, 1972, p. 56).

Isso significa dizer que as preferências populacionais, principalmente daquelas regiões em crise, era a de migrar para localidades onde havia transporte facilitado e que estavam em ascensão.

Aparentemente, a possibilidade da chegada da população preta e parda em massa para o centro da cidade assustava mais do que o que ocorreu efetivamente. O temor era maior do que a realidade. Isso me leva a crer que a migração para o centro da Capital Federal não ocorreu na proporção que todos imaginavam. Pelo visto, essa percepção da migração em direção aos grandes centros, para os autores apresentados anteriormente, estava inserida em um pensamento desenvolvimentista, uma vez que, para eles, a abolição da escravidão teria sido o processo de liberação de mão de obra tão esperado para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Mesmo com as teorias liberais presentes, os pretos e pardos, ex-escravos ou descendentes, não pensavam e não atuavam como os

liberais. Isso ficou bem claro, por exemplo, nos processos de pós-abolição das Américas. De acordo com Foner, pelo menos nos EUA,

os negros podem não ter sido 'homens racionais do ponto de vista' econômico no sentido entendido pelos economistas clássicos (isto é, trabalhadores assalariados e disciplinados), mas isso não refletia uma aversão ao trabalho, mas sim o desejo de trabalhar sob circunstâncias de sua própria escolha (FONER, 1988, p. 43-44).

Como o liberalismo possuía regras de vivência próprias, esse novo comportamento pode não ter sido compreendido, o que levou, em alguns lugares, à construção de estereótipos, gerando segregação. Quando a agência do liberto ou mesmo do seu pensamento ia de encontro ao ideário liberal, e principalmente se comparado aos imigrantes brancos, poderia gerar em alguns um preconceito racial quanto à incapacidade de compreensão do ex-escravizado do que era melhor para ele.¹ Como o Rio de Janeiro ainda era praticamente rural e tanto os libertos quanto os antigos proprietários não mudaram a mentalidade de um dia para o outro, o ócio e a vagabundagem foram perseguidos diariamente.

Apesar de esses autores apresentarem o processo de migração como consequência de uma sociedade que está em crescimento industrial, essa experiência por vezes ocorreu em sociedades pré-industriais. Mesmo durante o período da escravidão, libertos dirigiam-se ao longo de grandes intervalos para regiões onde existiam poucos escravizados, mas com terra disponível. Em locais onde a agroexportação havia sido abandonada, seus números absolutos podiam até mesmo ser pequenos, contudo, sua participação na população era, comparativamente, grande (LIMA, 2002, p.330). Os migrantes tinham como destino áreas com terras livres, preferencialmente abandonadas ou mesmo não cobiçadas pela produção agroexportadora (Idem).

A migração de camponeses no Brasil foi uma constante desde os primeiros séculos e não ocorreu apenas após a abolição. Sheila de Castro Faria dedicou alguns capítulos em sua tese sobre a migração de livres no interior do Brasil. A autora conseguiu identificar, por exemplo, que a migração entre descendentes de libertos era notória no século XVIII e XIX. Ela demonstra, ainda, que muitos descen-

dentes de escravizados não registravam seus filhos nas paróquias de onde eram originários (FARIA, 1998, p.37). Do mesmo modo, Carlos Lima percebeu que “é perceptível uma tendência dos homens não brancos livres e libertos emigrar (...)” (LIMA, 2000, p. 109). Para o autor, migraram para regiões onde havia a possibilidade de contrair matrimônio, aliada à possibilidade de obtenção de terra (Idem). Assim, desejo reafirmar que a migração, no período pós-abolição, para a cidade do Rio de Janeiro não se deu como todos esperavam. Ainda não existem estudos que demonstrem esse processo nem em quais locais os ex-escravizados foram residir, e muito menos que ofícios adquiriram. A especulação e o medo da migração foram muito maiores do que efetivamente aconteceu.

Contudo, é inevitável afirmar que houve o encontro entre residentes, migrantes negros e imigrantes brancos na cidade do Rio de Janeiro. Em textos mais recentes sobre a temática da imigração, fica nítida a escassez de trabalhos sobre essa relação. E, para demonstrar isso, utilizei o mais recente livro sobre imigração publicado no Rio de Janeiro (REZNIK, 2020). São várias as impressões que tiramos da leitura do livro. Em primeiro lugar, há total ausência de citações que se referem a relações entre imigrantes brancos e migrantes no Brasil e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Quando há menções sobre encontro de grupos, quase sempre relatam apenas as relações entre diferentes nacionalidades em território nacional. E os encontros, disputas, conflitos, solidariedades com os nacionais são pouco abordados.

Em todos os textos, quando o encontro é mencionado, o que aflora é a chamada “questão racial”. Os artigos são unânimes em apontar que a imigração, pensada desde o século XIX no Brasil, foi um projeto deliberado de “branqueamento” da população. A eugenia tomou conta de todos os textos como se todos os imigrantes brancos tivessem o conhecimento de teorias evolucionistas, e como se todos absorvessem do dia para a noite esses conhecimentos ditos científicos. Para Paulo Gonçalves, por exemplo, essa política de branqueamento filiava-se diretamente à “concepção de progresso, representado pelo trabalho livre e pela obrigatoriedade da eliminação da escravidão, considerada principal responsável pela crise na agricultura e pelo atraso brasileiro” (GONÇALVES, 2020, p.106). E, como resultado, além do escravizado, o livre nacional também era

visto com reservas. A partir disso, é possível perceber que o autor reproduz todos os preconceitos econômicos de época ao abordar o problema da imigração apenas como um tema de “substituição de mão de obra” escravizada pela livre (MENEZES, 2020, p.21). O empreendedorismo do imigrante é sempre exaltado (idem) não dando atenção às agências de escravizados, libertos e livres.

Somado a isso, não veem o fenômeno da imigração em etapas, nem qual o significado de branqueamento em cada uma delas. Comparar as primeiras intenções, nesse processo, do governo imperial com o Estado Novo até após 1945 não parece válido. Concepções de raça e de racismo mudaram drasticamente após 1888, quando as relações raciais foram utilizadas para viabilizar e fortalecer relações hierárquicas (ALBUQUERQUE, 2005). E como ocorre o processo de construção do racismo no cotidiano entre imigrantes brancos, negros e migrantes negros?

Como principal objetivo desse texto, gostaria de indicar algumas direções possíveis de pesquisa. Em primeiro lugar, cabe destacar a grande contribuição do trabalho de Marcus Vinicius Rosa em seu livro “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição”. Ao analisar bairros específicos da cidade de Porto Alegre, como a Cidade Baixa, o principal objetivo do autor foi demonstrar a proximidade e a coexistência de trabalhadores com variados tons epidérmicos e diversas origens étnicas e raciais. Tendo as relações estabelecidas entre negros e brancos como objeto de análise, ele se furtou a “buscar e identificar os significados atribuídas à raça fosse por meio da cor, da nacionalidade ou de certas ‘qualidades’ e ‘origens’ distintas, e até mesmo através de certos silêncios” (ROSA, 2014, p.7).

Por isso, é importante compreender que ambos os grupos eram subalternos, pelo menos em Porto Alegre. E, a partir disso, Marcus Vinicius Rosa ajuda-nos a elaborar uma história social do racismo entre pessoas de mesma situação econômica e perceber como ela é construída no dia a dia. Somado a isso, analisa os “deslocamentos espaciais e as diversas formas de sociabilidade cotidiana – conflitos, solidariedades e desigualdades – entre africanos, brasileiros e europeus” (ROSA, 2014, p.19). Vale destacar que o seu olhar enfoca como “negros e imigrantes percebiam e interpretavam a proximidade e a coexistência a partir de seus próprios pontos de vista e valo-

res, definidos pela identidade étnica e racial, pela posição social que desejavam ocupar e pelas relações pessoais” (ROSA, 2014, p.19). E, nesse sentido, relações estabelecidas entre pessoas empobrecidas envolviam, implícita ou explicitamente, significados raciais distintivos e hierarquizantes. Portanto, uma das principais contribuições desse trabalho é a percepção da construção de identidades nas relações. Boa parte dos estudos, no livro anteriormente apresentado, analisa esse fenômeno apenas entre os próprios imigrantes brancos, e bem menos as relações sociais estabelecidas entre eles e os “outros” grupos sociais, “tais como africanos, portugueses, italianos e brasileiros negros e brancos, enquanto sujeitos ativos dos processos multilaterais de construção de identidades entre as classes mais baixas” (ROSA, 2014, p.4.)

É preciso lembrar que a relação entre imigrantes brancos, negros e migrantes negros também ocorre nos campos. Estudando o interior de São Paulo, Karl Monsma demonstrou como esse encontro, ao longo dos anos, resultou em uma relação de desigualdade, mesmo entre iguais economicamente (MONSMA, 2010). Primeiramente, cabe lembrar que os negros nunca foram totalmente excluídos do colonato. Se nos primeiros anos, dentro da chamada “política de branqueamento”, os fazendeiros preferissem contratar colonos imigrantes brancos, isso não havia se traduzido em grandes vantagens para eles. Ao contrário, a competição entre eles se estendia por ampla variedade de ofícios, com destaque para o artesanato, serviços especializados e transportes.

Todavia, ao longo dos anos, essa situação mudou drasticamente. Para Monsma, foram três os motivos que levaram os negros a ter desvantagens em relação aos imigrantes brancos. Em primeiro lugar, indica que a pequena elite imigrante podia ajudar seus compatriotas mais empobrecidos de diversas formas, fornecendo empregos em fazendas, oficinas e lojas. E, somado a esse pequeno poder, conseguiram criar redes de solidariedade denunciando abusos de fazendeiros e da polícia (MONSMA, 2010). Por conseguinte, aponta a questão demográfica como importante mecanismo de proteção, uma vez que as famílias de imigrantes brancos eram maiores, na média, que as famílias brasileiras. Com isso, era possível influenciar as chances de ganhar contratos de colonato e de empreitada, contribuindo para uma maior oportunidade de acumular pecúlio. Por último, o que também

dificultava a mobilidade social de negros, era a maior proporção de iletrados em comparação aos imigrantes brancos.

Sem dúvida, porém, uma das melhores contribuições que temos hoje sobre a análise dessa relação entre imigrantes brancos, negros e migrantes negros é a que observa a elaboração do racismo entre subalternos sendo construída no cotidiano. Para isso, Karl Monsma mostra, em seu mais novo livro, um padrão consistente de comportamentos nos quais os imigrantes brancos insistiam em sua superioridade e os negros se recusavam a se submeter. Em todas as ocasiões nas quais os últimos tentavam publicamente reforçar sua igualdade, a resposta imediata foi o uso de violência desproporcional ao fato. Por isso, é preciso compreender esse fenômeno não como uma “reação irracional, suscitada por motivos fúteis”, mas sim como uma disputa simbólica. Monsma utilizou um novo arcabouço teórico capaz de dar conta dessa problemática, como a discussão dos *Estabelecidos e Outsiders*, de Norbert Elias (1994). Para o autor, como os imigrantes brancos conseguiram vantagens em relação aos negros, a eles foi possível, após se fortalecerem, estigmatizar os outros grupos, criando um ambiente de intimidação cotidiana, impondo suas vontades sobre os grupos mais fracos (MONSMA, 2021, p. 243).

Considerações finais

Retornando ao caso da Cidade do Rio de Janeiro, gostaria de sugerir vários caminhos de pesquisa. Antes de tudo, é preciso sair das fontes normalmente utilizadas. A ênfase não pode ser mais as fontes demográficas e muito menos a dupla famosa: periódico e processo crime. Estudos estatísticos não são capazes de demonstrar os conflitos cotidianos, as disputas de espaços, os pequenos xingamentos, as escolhas de parentes para cargos mais altos, entre outros. Eles só permitem a observação da quantidade de entrada e de saída de imigrantes brancos. Já ao analisar jornais e processos estamos diante de duas fontes bem problemáticas. A primeira, como já ficou amplamente comprovada, comprou a narrativa de melhor qualidade do imigrante em relação ao nacional, assim como reproduziu com afinco teorias raciais, e colaborou com o crescimento do racismo em nossa sociedade (SCHWARTZ, 1987). Quanto à segunda fonte, os processos crimes são antes de tudo uma fonte de exceção do

que de normalidade. Basta lembrar que nem toda prisão ou mesmo queixa-crime se tornou um processo-crime.

As queixas-crimes são documentações que relatam muito mais o cotidiano das cidades. Ali é possível encontrar os pequenos problemas citadinos, como as disputas por terreno, por local e espaço de trabalhos, brigas de vizinhos, pequenos desentendimentos, lutas por direitos consuetudinários, entre outros. Essa documentação foi pouco utilizada, e teve como principal foco a atuação das polícias (BRETAS, 1996). Hoje localizadas na Polinter, são de difícil acesso, uma vez que a documentação é microfilmada e não está disponibilizada em um arquivo próprio para consulta. Somado a isso, existem livros da região metropolitana que ainda não foram fotografados, por isso é urgente a sua digitalização.

Para além das brigas, também se torna necessário observar a construção de redes familiares e de solidariedade. Nesse sentido, é preciso analisar com muito mais afinco os registros paroquiais e civis digitalizados e disponibilizados na plataforma Mórmon do *Family Search*. Com essa documentação, será possível reconstruir famílias nucleares, ampliadas e estendidas (RIOS, 2005) nas quais tanto imigrantes brancos quanto negros e migrantes negros podem aparecer na condição de cônjuges, pais, avós, padrinhos e declarantes. Será possível, dessa forma, demonstrar que a disputa, o racismo, a estigmatização também não eram a realidade de alguns grupos na cidade do Rio de Janeiro.

A mudança de perspectiva teórica também é fundamental para esses novos estudos. Já apontamos o trabalho de Norbert Elias, mas torna-se necessário somar outros. Precisamos ler com mais cuidado os trabalhos de Fredrick Barth, principalmente aqueles nos quais o autor aborda o “modelo generativo”, demonstrando como ações, escolhas, estratégias, demografia, racionalidade limitada, mundos dos possíveis, entre outros, ajudam a compreender como uma sociedade muda ao longo de um período de tempo (BARTH, 1981). Por isso, é essencial acrescentar o trabalho de Thomas Holt sobre o racismo enquanto elemento construído e reforçado no cotidiano como prática das pessoas (HOLT, 1992). E, por último, a “cismogênese complementar” de Marshall Sahlins nos ajudaria a compreender como a construção de identidades e o fortalecimento de grupos se dá no processo em relação a um grupo antagônico (2004).

A partir de todas essas sugestões, o que proponho em última análise é a aproximação da historiografia de imigração de brancos com as pesquisas de escravidão, e, principalmente, de pós-abolição. É preciso ampliar o leque de abordagens metodológicas e teóricas nas relações construídas entre imigrantes brancos, negros e migrantes negros, assim como ampliar a espacialidade, para que não fiquemos somente limitados nos campos e nas cidades, e possamos observar esses fenômenos em regiões periféricas, como os subúrbios do Rio de Janeiro e sua região metropolitana.

NOTAS

¹ Entrevista Manoel Seabra, 2003 – Acervo Memórias do Cativo (AMC)

² Entrevista Cornélio Cansino – Acervo Memórias do Cativo (AMC)

³ Entrevista Cornélio Cansino – Acervo Memórias do Cativo (AMC)

⁴ Entrevista Cornélio Cansino – Acervo Memórias do Cativo (AMC)

⁵ Entrevista Manoel Seabra, 2003 – Acervo Memórias do Cativo (AMC)

⁶ De acordo com Holt essa incapacidade de compreensão do outro gerou um forte preconceito racial na Jamaica, balizado principalmente por teorias raciais de época que denotavam a incapacidade intelectual dos recém libertados. (HOLT, 1992).

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1888)**. Bauru: Edusc, 1998.
BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **As Relações de Trabalho em uma Propriedade Rural Paulista, 1895-1930**. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, SP, 1974.

BRETAS, Marcos. **Ordem na Cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. [1ª edição de 1962].

CARVALHO, José M. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 16.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. **Além da escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: Momentos Decisivos (7a ed.). São Paulo, UNESP, 1999

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELIAS, Norbert. **The Established and the Outsiders**: A sociological Enquiry into Community Problems (2a ed.). London, Sage, 1994

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 37.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. [1ª ed. 1964] São Paulo: Globo, 2008.

FONER, Eric. **Nada além da Liberdade**: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1988, p. 43-44.

GONALVES, Paulo Cesar. A Grande Imigração no Brasil (1880-1930): números e conjunturas. In.: REZNIK, L. História da **Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 2020.

HOLLOWAY, Thomas H., **Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934**. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1980

HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.

IANNI, Octavio. O estudo da situação racial brasileira. **Revista Brasileira**, n. 19, p. 79-86, 1958.

LIMA, C. "Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)" in.: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, 2002, p. 322.

LIMA, Carlos A. M. Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844). **LOCUS: Revista de História**, 26. Juiz de Fora, Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 6, n. 2, 2000, p. 107.

LOPES, N. **O Negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical**: partido-alto, calango, chula e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

MARTINS, Ronaldo Luiz. **Mercadão de Madureira**: caminhos do Comércio. 2009.

MATOSO, Rafael. **Echos de Resistência Suburbana**": Uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903). Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2009.

MENEZES, Lená M. Imigração: aportes historiográficos. In. REZNIK, L. **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 2020.

MONSMA, K. **A reprodução do racismo Fazendeiros, negros, e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos, Ed.: EdUFSCAR, 2021.

MONSMA, Karl. "Vantagens dos imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista". **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 509-540.

MONSMA, Karl. **Histórias de violência**: processos criminais e conflitos interétnicos. XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, RJ, outubro de 2000. pp. 01-24.

MONSMA, Karl. **"Conflito simbólico e violência interétnica. Europeus e negros no oeste paulista, 1888-1914"**. VII Encontro Estadual de História, Pelotas, RS, Julho de 2004. pp. 01-21.

MONSMA, Karl. "Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista". **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH. Natal, 2013. pp. 01-16.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

REZNIK, L. **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed.: FGV, 2020.

ROSA, Marcus Vinicius. **Além Da Invisibilidade**: História Social Do Racismo Em Porto Alegre Durante O Pós-Abolição (1884-1918). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História, 2014.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro**: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras. 1987.

SCHWARTZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.** São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SCOTT, R. Fronteiras móveis, 'linhas de cor' e divisões partidárias. in: SCOTT, R., HOLT, T. e COOPER, F. Além da **Escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Ed.: Civilização Brasileira, RJ, 2005.

SILVA, Lucia Helena de Oliveira. **Construindo uma Nova Vida: Migrantes Paulistas Afro-descendentes na Cidade do Rio de Janeiro no Pós-Abolição (1888-1926)**, Tese de Doutorado em História Apresentada na Universidade Estadual de Campinas. 2001.

SINGER, P. "Migrações internas: Considerações teóricas sobre seu estudo" In SINGER, P. Economia Política da Urbanização, SP, Brasiliense, 1972, p. 56, Apud MATOS, Ralfo Edmundo. "Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas no Sudeste: uma questão histórica não resolvida." In.: VIII Encontro da ABEP.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco.** Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília "Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930". In: **Afro-Ásia**, n. 24, 2000.